

A GREVE COMO POSSIBILIDADE DE LUTA POR DIREITOS NA COMPANHIA FIAÇÃO E TECIDOS PELOTENSE NOS ANOS DE 1940

TAIANE MENDES TABORDA¹;
LORENA ALMEIDA GILL²

¹UFPEl – taianemt@gmail.com

²UFPEl – lorenaalmeidagill@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Este estudo se propõe a investigar a greve como tática de luta das operárias e operários da Companhia Fiação e Tecidos Pelotense frente à exploração do capital ao longo da década de 1940, no contexto de implementação das leis trabalhistas durante o Estado Novo e no período democrático que se seguiu. A pesquisa faz parte de um estudo mais amplo sobre as vivências de trabalho e as formas de resistência das trabalhadoras da referida fábrica, desenvolvida no Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História da UFPEl.

A companhia foi uma importante indústria têxtil que manteve, entre os anos de 1910 e 1974, as suas atividades de fiação, tecelagem, tinturaria para fio e pano, acabamento, pelucamento e alvejamento de tecidos de algodão. Fundada com capital local, advindo da venda de ações, chegou a empregar mais de 700 trabalhadoras e trabalhadores, segundo estudo de ESSINGER (2009). Dada a relevância da fábrica no contexto socioeconômico de Pelotas tem sido foco de pesquisas recentes, especialmente na área da História.

Destacam-se as contribuições de ESSINGER (2009), que se deteve a analisar as vivências que se deram na zona da Várzea, região portuária ocupada por operários entre os anos de 1953 e 1974; SILVA (2014) que se concentrou nos pleitos judiciais das operárias da fábrica entre os anos de 1944 e 1954 ocupando-se das condições de trabalho feminino e LEDERMANN (2020), que focou nas desigualdades de gênero, expressas nas relações de trabalho na década de 1950 por meio da documentação do judiciário trabalhista.

Nesse sentido, este estudo pretende cooperar com as abordagens acerca das relações de trabalho nesse universo fabril procurando identificar se a greve foi também um recurso utilizado por essas trabalhadoras e trabalhadores como forma de mobilização por direitos ao longo da década de 1940, observando o contexto ditatorial e o democrático. Para tanto, foram consultados os processos judiciais dos anos de 1940 referentes à companhia, além do periódico operário “A Alvorada” da cidade de Pelotas, disponível em acervo on-line da Biblioteca Pública Pelotense (BBP).

A perspectiva de análise em tela se orienta pelas reflexões de THOMPSON (1981), no que tange à capacidade de agência humana nos eventos socioeconômicos, culturais e políticos, bem como na ideia de “fazer-se” da classe operária nesse processo. Sabe-se, através de estudos clássicos como de LONER (2016), PETERSEN (1979), SCHMIDT (2005), que as primeiras décadas da República foram marcadas por intensa mobilização operária com greves de grandes proporções como em 1906, 1917, 1918, 1919, cujas principais reivindicações eram a situação de carestia, a luta pelas oito horas de trabalho e os aumentos salariais.

A década de 1920 possui poucos dados sistemáticos sobre o movimento operário gaúcho, mas indícios apontam para a pulverização das correntes políticas

e reorganização em blocos, de acordo com SILVA JR (1996). A Revolução de 1930 marcou o início de uma política trabalhista que tentava “conter” conflitos de classe chancelando leis sociais conquistadas por meio das mobilizações que marcaram a Primeira República (BATTISTELLA, 2015). O modelo sindical posto em prática visava um controle social que colaborasse para um país harmonioso e pacífico, o que não impediu que a classe trabalhadora continuasse se articulando, inclusive com greves, como as que assolaram o país e o Estado gaúcho em 1935 (NUNES, 2014).

O governo autoritário de Getúlio Vargas trouxe maior repressão policial impedindo manifestações que envolvessem grandes contingentes de trabalhadoras e trabalhadores, mas “no contexto final do Estado Novo, a classe trabalhadora realizou grandes greves e apostou na reorganização de suas entidades” (KONRAD, 2018, p.2). Sendo através da via judicial no período mais austero ou com movimentos mais amplos como as greves, em momentos de mais liberdade política, a classe trabalhadora lançou mão de diferentes formas de luta para enfrentar as desigualdades e não permaneceu inerte.

2. METODOLOGIA

Para proceder o estudo foi realizado inicialmente um levantamento quantitativo dos pleitos trabalhistas relacionados à Companhia Fiação e Tecidos Pelotense constantes no acervo do NDH-UFPEL dos anos de 1940, verificando-se 30 processos, dos quais foram localizados e lidos 28. De todas as demandas apenas uma abordava uma situação de greve. Para melhorar contextualizar essa greve procurou-se também na imprensa notícias referentes ao movimento, sendo identificado, até o momento, um periódico que tratava do assunto.

Partiu-se então para a análise qualitativa documental proposta por CELLARD (2008), que orienta a observação do documento, a partir de cinco elementos indispensáveis: o contexto, o autor ou os autores, a autenticidade e a confiabilidade do texto, a natureza, os conceitos-chave com a lógica interna do texto.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

João Pereira e Donata Rodrigues ingressaram na Justiça do Trabalho (JT) com uma ação contra a Companhia Fiação e Tecidos Pelotense, sua empregadora, em 11 de fevereiro de 1949, pleiteando o pagamento de indenização correspondente ao tempo de serviço e o pagamento do aviso prévio por demissão injusta. Segundo relataram, haviam sido suspensos pela fábrica no dia 9 de março de 1948 e até o momento da reclamatória a suspensão não tinha sido revogada convertendo-se em demissão. Como contavam com menos de 10 anos de trabalho na empresa, não possuíam a estabilidade decenal.

Seguindo o procedimento proposto por CELLARD (2008), a ação judicial impetrada é um documento de natureza jurídica, resultado da visão conjunta de reclamantes, reclamada, advogados, vogais classistas, juiz presidente, secretário e o autor principal, o escrivão, responsável pela redação dos autos. Situa-se em um contexto de consolidação dos mecanismos institucionais de regulação do trabalho no Brasil e de redemocratização política do governo de Eurico Gaspar Dutra.

A lógica interna do texto centrou-se no argumento de defesa da companhia na audiência, realizada em 18 de março de 1949, que alegava ter suspenso a operária e o operário por terem tomado parte na greve deflagrada no

estabelecimento, entre os dias 2 e 9 de março de 1948. Por não gozarem de estabilidade, suas suspensões poderiam ser convertidas em demissões por justa causa não só por terem participado da greve, como também por tentarem “impedir que outros empregados trabalhassem” (PROCESSO 55/49, fl. 6).

O jornal operário “A Alvorada” de 13 de março de 1948 denunciava a crise econômica que empurrava a classe trabalhadora para as greves, como a deflagrada na Fiação e Tecidos Pelotense, e para os dissídios coletivos. De acordo com Hernani Gonzales, que assinava o editorial de capa, frente à situação de miséria cada vez maior, “o trabalhador procurou resolver por si próprio o seu problema financeiro”.

Apesar da nova conjuntura democrática, Dutra manteve a repressão ao movimento trabalhista e impôs restrições ao direito de greve através do Decreto-Lei 9.070, de 1946. Tal fato fica evidente diante da repressão policial sofrida por Donata, revelada em seu depoimento, ao argumentar que faltara nos dias de greve por estar com o filho doente e que foi presa em sua residência enquanto cuidava do mesmo.

Nas suas razões finais a fábrica defendia que fosse confirmada decisão anterior da Junta de Conciliação e Julgamento (JCJ) e do Tribunal Regional da 4ª região, que consentira na rescisão de contratos de trabalhadoras e trabalhadores estáveis, que tomaram parte na greve ilegal, também no caso dos reclamantes não estáveis João e Donata. Para a defesa da companhia eram robustas as provas da participação de ambos na greve e “nas atitudes subversivas originárias daquele movimento” (PROCESSO 55/49, fl. 8). Diante dessa exposição, a JCJ julgou improcedente a ação proposta pelos trabalhadores.

A ação de João e Donata evidencia a articulação operária em torno de direitos, tanto pelo caminho legal jurídico como pela via ilegal da greve. Embora não se verifique, até o momento, deflagração de greve na Companhia Fiação e Tecidos Pelotense durante o Estado Novo, as operárias e operários não permaneceram passivos e utilizaram os recursos disponíveis para reivindicar direitos.

O processo deixa clara a repressão policial ao movimento grevista com a prisão de Donata. O judiciário, por sua vez, blindava as empresas permitindo que grevistas, mesmo estáveis, fossem demitidos. É possível perceber que o cenário de carestia forçava uma ação por parte das trabalhadoras e trabalhadores, mesmo que o resultado fosse extremo, como a demissão. Ainda não foi possível averiguar exatamente quais eram as reivindicações desse movimento e se lograram êxitos, mas sabe-se que se estendeu por vários dias e que foram necessárias punições severas para conter a greve.

Outro aspecto que ressalta é o possível envolvimento das mulheres na greve, apesar do depoimento de Donata sustentando que não participara do movimento e que a sua prisão tinha sido injusta. Desse modo, a classe trabalhadora dava mostras de luta e resistência às condições que lhes eram impostas, por vias legais e ilegais.

4. CONCLUSÕES

O estudo inicial apresentado abordou a greve como instrumento na obtenção de direitos das operárias e dos operários da Companhia Fiação e Tecidos Pelotense e identificou uma mobilização grevista que durou 7 dias durante a conjuntura de redemocratização política do país, fato ainda não muito abordado nas pesquisas que cingem a instituição.

A investigação possibilitou pensar nas condições de vida de trabalhadores nos anos de 1940 revelando a precariedade, tal qual o Brasil atual. Também permitiu

vislumbrar a repressão policial a serviço do capital e a capacidade de organização operária nas reivindicações de melhores condições de vida enfrentando, inclusive, a ilegalidade.

Prisões, suspensões e demissões não foram suficientes para impedir a greve, colaborando para o entendimento de que a classe trabalhadora tinha poucas chances de negociações diretas com o patrão, sentido no qual as discussões atuais sobre as relações de trabalho avançam. Assim, a paralisação do trabalho foi uma forma de pressão para a conquista de algumas reivindicações, o que atualiza o debate sobre a sua importância e eficácia.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Acervo da Justiça do Trabalho/NDH-UFPEL. Processo 55/49. Reclamantes: João Pereira e Donata Rodrigues.

A Alvorada - 13 de Março de 1948 – Acervo digital da Biblioteca Pública Pelotense. BATISTELLA, Alessandro. A era vargas e o movimento operário e sindical brasileiro (1930-1945). **Unoesc & Ciência** - ACHS Joaçaba, v. 6, n. 1, p. 21-34, jan./jun. 2015.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, J. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 295-316.

ESSINGER, Cíntia. **Entre a Fábrica e a Rua: A companhia Fiação e Tecidos e a criação de um espaço operário**. Bairro da Várzea, RS (1953-1974). 2009. Dissertação (Mestrado), Memória Social e Patrimônio Cultural, Pelotas, UFPEL.

KONRAD, Glaucia Vieira Ramos. A redemocratização ao final do estado novo: o movimento unificado dos trabalhadores. In: **ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH/RS**, 14., Porto Alegre, 2018. Democracia, liberdade e utopias: Anais, Porto Alegre: ANPUH/RS, 2018, p.1.

LEDERMANN, Luana Schubert. **Desenrolando fios e tecendo lutas: trabalhadoras da Cia. Fiação e Tecidos Pelotense e as desigualdades de gênero na Justiça do Trabalho de Pelotas, nos anos 1950**. Dissertação (Mestrado), Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2020.

LONER, Beatriz Ana. **Construção de classe: operários de Pelotas e Rio Grande**. 2ª. ed. - Pelotas: Ed. UFPEL, 2016.

NUNES, Guilherme Machado. Sobre a polêmica da cooptação política: reflexões a partir de duas greves operárias ocorridas em Porto Alegre (1929 e 1935). In: **ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA ANPUH/RS**, 12., São Leopoldo, 2014. História, Verdade e Ética: anais. Porto Alegre: ANPUH-RS, 2014.p. 1.

PETERSEN, Silvia R. Ferraz. As greves no Rio Grande do Sul (1890-1919). In: CESAR, Guilhermino et al (Org.). **Economia e política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979. p. 277-327.

SCHMIDT, Benito. **De Mármore e de Flores: a primeira greve geral do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora da UFRGS (Col. Síntese Rio-grandense), 2005.

SILVA, Eduarda. **Nós na Trama: Os pleitos judiciais das operárias da Companhia Fiação e Tecidos Pelotense (1944- 1954)**. Trabalho de Conclusão de Curso. História, UFPEL, 2014.

SILVA JR, Adhemar Lourenço. A bipolaridade política rio-grandense e o movimento operário (188?-1925). In: **Estudos Ibero-Americanos**. PUCRS, v. XXII, n. 2, p. 5-26, dezembro 1996.

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.